



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

LEI Nº 820, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE AS REGRAS E DIRETRIZES DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DE QUAISQUER DOS PODERES.

O Prefeito do Município de Pilar, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Público Municipal somente poderá contratar empresas que atendam, integralmente, à cota de aprendizagem prevista no artigo 429 e seguintes da CLT.

Parágrafo único. Fica inserido no rol de documentos necessários à habilitação em processos licitatórios da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Pilar, a declaração emitida pelo órgão de inspeção do trabalho em nível federal quanto ao cumprimento da cota de aprendizagem.

Art. 2º O licitante poderá, na ausência do documento constante do parágrafo único do artigo 1º, ou por eventual impossibilidade de sua obtenção, emitir declaração própria de cumprimento de cota de aprendizagem - DCCA, sob as penas da Lei, observando os seguintes requisitos:

I - A DCCA deverá vir acompanhada da última informação do CAGED e do número de contratação de jovens aprendizes;

II - Deverá ser anexada declaração emitida pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica confirmando a quantidade informada e a regular matrícula dos jovens;

Parágrafo Único. O licitante que apresentar falsa declaração terá seu contrato rescindido imediatamente, além de ficar impossibilitado de contratar com a Administração Pública Municipal pelo período de 02 (dois) anos.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

Art. 3º Durante a vigência do contrato, a cada 06 (seis) meses, a empresa contratada deverá renovar a documentação exigida no parágrafo único do art. 1º e será condição para recebimento do pagamento do empenho.

Parágrafo Único. Caso seja detectado, durante a vigência do contrato, que a empresa contratada deixou de preencher os requisitos desta lei, deverá ser notificada para cumprimento integral no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de rescisão imediata do contrato e/ou não recebimento dos valores eventualmente devidos, até que ocorra a regularização.

Art. 4º As empresas que tenham contrato em vigor com o Poder Público Municipal na data de publicação desta Lei deverão apresentar a declaração mencionada nesta lei no prazo de até 180 (cento e oitenta dias), sob pena de ficarem impedidas de renovar ou celebrar novos contratos com a administração pública municipal pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. As empresas referidas no *caput* deverão procurar a Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão que venha a ser designado, a fim de obter auxílio para a contratação de adolescentes e jovens, observando-se, prioritariamente, aqueles atendidos em seus programas.

Art. 5º Os editais de licitação e os contratos celebrados pelo Poder Público Municipal, cujo objeto seja a terceirização de mão de obra, devem, obrigatoriamente, prever que seja considerada a cota de aprendizes dentre o total de trabalhadores terceirizados contratados.

Art. 6º As penalidades previstas nesta Lei não excluem as demais penalidades previstas na legislação federal e estadual.

Art. 7º Ficam desobrigadas do cumprimento desta Lei nos processos licitatórios e na vigência dos contratos, as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

Art. 8º A fiscalização do disposto nesta Lei competirá ao órgão para o qual a empresa foi contratada para fornecimento de seus produtos e serviços.

Art. 9º Deverão constar dos editais de licitações públicas do Poder Público Municipal referência expressa a esta Lei e sua condição de item indispensável à contratação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da sua publicação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

Prefeitura Municipal de Pilar-AL, em 16 de dezembro de 2021.

Renato Rezende Rocha Filho
Prefeito

Certifico para os devidos fins que a Lei nº 820/2021, de 16 de dezembro de 2021, foi registrada e publicada na sede da Secretaria Municipal de Administração do Município de Pilar-AL, em 16 de dezembro de 2021.

Newton Rodrigo Rocha Sarmiento
Secretário Municipal de Administração